

O papel da Educação Financeira no processo de Decolonialidade: um ensaio

The role of Financial Education
in the Decoloniality process: an essay

El papel de la Educación Financiera
en el proceso de Descolonialidad: un ensayo

Humberto Teixeira Jr¹ 

Gabriela Félix Brião² 

Resumo

Desde o século XV, potências europeias lançaram-se em busca de novos domínios, subjugando povos. O movimento colonial findou-se no século XX, porém perpetuou-se a colonialidade, forma hostil de dominação que sufoca o indivíduo culturalmente e oprime financeiramente. Abordaremos neste ensaio, a questão de como a colonialidade se faz presente no capitalismo. Propomos utilizar a “Educação Matemática Crítica” nas escolas, através de uma vertente, a “Educação Financeira”, como forma de enfrentamento. O objetivo do ensaio é provocar uma reflexão sobre preocupações atuais que envolvem a Educação Financeira e processos de decolonialidade. Para ilustrar, apresentamos uma sequência didática que visa desenvolver conceitos como orçamento, juros e investimento, em uma oficina investigativa. Finalmente, os estudantes serão convidados a demonstrar seus novos projetos e estilos de vida, sendo os resultados catalogados para pesquisa de mestrado.

Palavras-chave: Educação Matemática. Educação Financeira. Decolonialidade. Educação Matemática Crítica.

Abstract

Since the 15th century, European powers launched themselves in search of new domains by subjugating peoples. The colonial movement ended in the 20th century, but coloniality was perpetuated, a hostile form of domination that suffocates the individual culturally and oppresses financially. In this essay, we will address the question of how coloniality is present in Capitalism. We propose using Critical Mathematics Education in schools, through one aspect, Financial Education, as a way of coping. The objective of the essay is to provoke a reflection on current concerns involving Financial Education and processes of decoloniality. To illustrate, we present a didactic sequence that aims to develop concepts such as budget, interest and investment, in an investigative workshop. Finally, students will be invited to demonstrate their new projects and lifestyles, with the results cataloged for master's research.

Keywords: Mathematics Education. Financial Education. Decoloniality. Critical Mathematics Education.

Resumen

Desde el siglo XV, las potencias europeas buscaron nuevos dominios sometiendo tierras. El movimiento colonial se encontró en el siglo XX, perpetuando así la colonialidad, una forma hostil de dominación que asfixia culturalmente al individuo y lo oprime financieramente. En este ensayo abordaremos la cuestión de cómo la colonialidad está presente en el capitalismo. Proponemos utilizar la Educación en Matemática Crítica en las escuelas, a través de una vertiente, la Educación Financiera, como forma de confrontación. El objetivo del ensayo es provocar una reflexión sobre las preocupaciones actuales en torno a las Finanzas Educativas y los procesos de descolonialidad. A modo de ilustración, presentamos una secuencia didáctica que tiene como objetivo desarrollar conceptos como presupuesto, interés e inversión, en una oficina de investigación. Finalmente, se invitará a los estudiantes a demostrar sus nuevos proyectos y estilos de vida, con los resultados catalogados para la investigación docente.

Palabras clave: Educación Matemática. Educación financiera. Decolonialidad. Educación Matemática Crítica.

1 Mestrando em Ensino e Educação no CAP /UERJ. Universidade do Estado do Rio de Janeiro– Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: humbertotj@gmail.com

2 Doutora em Educação Matemática pela Universidade Estadual Paulista – UNESP. Professora do Departamento de Ciências Ambientais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ. E-mail: gabriela.felix@gmail.com

1. Introdução

Esse artigo divide-se em duas partes. A primeira discorre sobre o eurocentrismo, deflagrado durante a era colonial, que inicialmente surgiu como consequência da exploração econômica e da dependência política entre colônia e metrópoles. Entretanto, após a independência das colônias entrou em cena a colonialidade, uma forma muito mais hostil de dominação, pois sufoca o indivíduo culturalmente fazendo com que chegue a ponto de negar suas crenças, cultura e até mesmo à própria existência, agarrando-se desesperadamente nas ideias e ideais do seu colonizador. Para esta parte, destacamos, entre outros pensadores, a visão de Catherine Walsh (2007), que fala em três tipos de colonialidade: a do poder, na qual a cultura do colonizador inibe e inviabiliza os saberes locais; a do saber, que promove um sentimento de inferioridade cultural a quem foi subjugado; e a do ser, na qual os indivíduos são induzidos a percorrer um caminho de desconstrução de sua própria identidade.

A reação a esse processo recebeu o nome de decolonialidade e trata da busca por outros conhecimentos e diferentes modos de viver e de poder diante de tal contexto. Não há uma busca por uma hegemonia alternativa, o que se quer é exatamente a quebra de todas as hegemonias com as diferentes culturas e visões de mundo convivendo e coexistindo pacificamente. A decolonialidade é a busca de voz para quem não a tem, é luta pela existência de quem foi oprimido, sufocado, negado. Para tal, não basta o grito das ruas. É preciso o envolvimento direto do poder público, tornar lei, fazer vigorar no currículo acadêmico e investir no processo de formação dos professores, ao mesmo tempo em que se deve contar com a capacidade e insubordinação criativa dos mesmos para levar aos alunos essa possibilidade.

Dessa forma, cabe-nos assumir uma concepção de Educação que vise formar para a um futuro, tomando a História como possibilidade, e não como determinação... Convidamos os colegas a se reinventarem, como educadores matemáticos, pela perspectiva da insubordinação criativa, a qual decorre do compromisso que assumimos diante de nossas atividades diárias. Para tanto, é essencial utilizar nossos saberes de forma a proteger a integridade de nossos estudantes e de nossos espaços formativos, neutralizando os efeitos desumanizadores da autoridade burocrática (D'Ambrosio; Lopes, 2015, p. 15).

A formação de professores é obrigação da política pública e é a ferramenta para o desafio da Educação Financeira Escolar (EFE). Além disso, contamos com a capacidade criativa de cada mestre para criar e implantar novas metodologias capazes de despertar o interesse e garantir o envolvimento do aluno durante o processo de construção de conhecimento.

Na segunda parte do nosso ensaio, colocamos em discussão a temática levantada pelo filósofo e sociólogo Polonês Zygmunt Bauman. O pensador faz uma dura crítica ao que chamou de “sociedade líquido-moderna”, na qual o consumo em excesso é seu *modus vivendi* na sociedade atual e seus desejos nunca são saciados. Consumidores são transformados em mercadorias, as pessoas estão preocupadas em como suas imagens são transmitidas para as outras pessoas. A sociedade promove a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumista, e rejeita as opções culturais alternativas.

Essa é a essência do capitalismo embasado pelo consumismo desenfreado. Famílias passam a gastar mais do que ganham e vivem à sombra do endividamento. Muita gente está sendo empurrada para fora do sistema, e muitos outros já estão à margem há muito tempo. Quem está fora dessa roda-viva praticamente não existe, sendo através do sistema capitalista que a colonialidade se manifesta mais fortemente.

De acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Educação Financeira é o processo no qual os consumidores/investidores melhoram a sua compreensão sobre os conceitos e produtos financeiros. No Brasil, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) sugere preparar indivíduos para administrar seus recursos, contribuindo para a eficiência dos mercados financeiros. Claramente, essa é uma linha excludente, pois não contempla quem não tem recursos, quem não é reconhecido como cliente pelo mercado financeiro, e cria uma distorção no conceito de cidadania, pois se você não tem recursos, passa a ser ignorado.

Segundo Araújo (2019), a Educação Financeira não pode ser entendida apenas como instrução para saber usar o dinheiro, pois este é um discurso que impede que os indivíduos das camadas populares se conscientizem de seu papel.

É preciso combater esse cenário de disfunção que toma conta do mundo globalizado e atinge fortemente a sociedade brasileira. Nesse ponto, torna-se evidente o grande objetivo desse trabalho, que é promover a Educação Matemática Crítica (EMC), através do que consideramos uma vertente, a Educação Financeira (EF). A EMC se preocupa com o uso da matemática como instrumento de decisão, portanto, queremos chegar numa proposta de Educação Financeira Crítica (EFC), a qual possa ser utilizada como um instrumento fundamental de decisão financeira que oriente nossos jovens.

A Educação Financeira Escolar não deve se limitar a apresentar ou promover o acesso às regras de cálculos mecânicos para orientar os indivíduos em suas práticas de consumo, e sim, contribuir na formação de indivíduos-consumidores mais críticos, conscientes e, também mais aptos a planejar e adotar ações financeiras benéficas ao futuro (Kistemann Jr., 2012, apud Vaz;Nasser, 2021, p. 7).

A EFE voltada para todos pode ser um caminho para romper as diversas barreiras impostas pela colonialidade, como destacaremos a seguir.

2. O Colonialismo se foi, a Colonialidade prossegue!

Durante o apogeu da era Vitoriana, no final do século XIX e início do século XX, o Império Britânico controlava 24% da área total do Planeta e cerca de 458 milhões de pessoas viviam sob seu domínio. Além dos britânicos, franceses, holandeses, belgas, portugueses entre outros países europeus também expandiram suas posses gerando forte corrida territorial. O período colonial passou, os povos oprimidos se libertaram. Porém, os costumes e a cultura europeia proliferaram-se pelo mundo, enraizando-se e transformando-se em verdades incontestáveis em detrimento do saber local. Assim, caracterizou-se o contínuo eurocentrismo e a dominação do homem branco de origem europeia, agora na forma de opressão cultural. O colonialismo foi uma exploração territorial, com transferência de riquezas físicas. A colonialidade ainda é uma invasão cultural, um empoderamento racial, um aprisionamento de ideias. O colonialismo se foi, mas a colonialidade se enraizou e segue sufocando os indivíduos dos povos que foram anteriormente colonizados.

O colonialismo constituiu-se da relação entre dois povos – colônia e império –. A soberania de um estava sob o jugo do outro, ambos envolvidos em um contexto político e econômico de dominação. Entretanto, a colonialidade desenvolveu raízes mais profundas, se alicerçando na base

do próprio sistema capitalista, dominando mercadologicamente e construindo ideias, como superioridade cultural e racial. Através dessa estrutura, o eurocentrismo foi imposto à América Latina, África e Ásia, dando origem à ideia de ocidentalização. O que se vê é uma submissão epistêmica de quem ou de tudo que não é europeu, apagando a própria memória histórica desses povos. Cria-se uma idolatria à cultura do colonizador. Em países como o Brasil, o embranquecimento da raça durante certo período histórico, no final do século XIX, tornou-se até símbolo de status familiar. Isso se refletiu também em condições de trabalho e valores salariais.

Segundo Walsh (2007), a colonialidade se manifesta nas seguintes formas:

- a) colonialidade do poder: a cultura do colonizador se insere de tal forma dominante na sociedade que inviabiliza os saberes locais, fazendo com que os indivíduos neguem sua própria cultura e exaltem o eurocentrismo;
- b) colonialidade do saber: repressão à cultura local e não reconhecimento de formas culturais alternativas, inferiorizando o povo colonizado, ou seja, indígenas, africanos, etc.;
- c) colonialidade do ser: desconstrução dos indivíduos subalternos que os leva a questionarem quem eles são, qual é o seu papel na sociedade, fazendo com que a colonialidade se relacione com a não existência.

Entretanto, as culturas locais não morreram. Pelo contrário, tornaram-se a voz das ruas, dos guetos, ou seja, a voz de quem não tem direito a ter voz. No caso brasileiro, isso aflora através das artes, principalmente da música, de um sincretismo religioso único, no qual os escravos cultuavam seus deuses orando para imagens de santos católicos, e de festividades como o carnaval. A Portela, em 1975, já cantava “Macunaíma índio, branco catimbeiro, negro sonso feiticeiro, mata a cobra e dá um nó”. Desde 1928, o herói sem nenhum caráter, criado por Mário de Andrade, dá aula de brasilidade e deflagra nosso processo de libertação cultural.

Aos poucos esse processo foi ganhando nome e, principalmente, cor. Segundo Escobar (2002), a definição de decolonialidade passa por uma construção alternativa à realidade eurocêntrica, tanto no seu projeto de civilização quanto em suas propostas epistêmicas. A proposta aqui não é de substituição cultural, mas de convivência. A busca não é por uma troca da visão atual por outra, mas sim pela construção de uma realidade anti-hegemônica.

Porém, não basta a voz das ruas. Essa é uma voz que se transforma e que, muitas vezes, até se perde com o tempo. É preciso legitimar a mudança. Para tal, o processo da decolonialidade precisa estar inserido na sala de aula e presente na Educação. Não basta cantar Dona Ivone Lara; é necessário pesquisar, estudar e exaltar a grande obra da eterna primeira-dama do samba, como vem sendo feito em escolas públicas do Rio de Janeiro, como no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira – CAP UERJ, por exemplo. Para isso, foi necessário atuar inclusive no âmbito legal, com a determinação do ensino e cultura africana, afro-brasileira e indígena através da Lei 10.639 de 2003 e da Lei 11.645 de 2008, que regulamentam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Isso também colocou em xeque a questão da formação dos professores, para que o trabalho seja desenvolvido de maneira adequada.

Dentro das etapas necessárias na busca pela decolonialidade, tornou-se de fundamental importância trabalhar novos saberes-fazer nas escolas e incluí-los no próprio currículo escolar. Assim, surgiram disciplinas não convencionais, abrindo o leque da pedagogia e da própria sociedade brasileira em termos de interculturalidade na educação básica. Dessa maneira, pode-se dizer que passamos por uma fase de questionamentos e transformações sobre o papel da escola

na sociedade. Essa discussão não deve se limitar às escolas públicas. É importante atingir a rede privada também, para que as classes sociais mais favorecidas não fiquem à margem do processo intercultural, pois, certamente, não se ajustam questões sociais meramente através de transferência de empoderamento de uma classe para outra e, sim, por meio de uma conscientização geral. De acordo com Paulo Freire (1996), a Educação deve ser concebida de forma emancipatória, portanto fundamental no processo decolonial.

Catherine Walsh (2005) cita Frantz Fanon (1983), relacionando o colonialismo a não existência “Em virtude de ser uma negação sistemática de outra pessoa e uma determinação furiosa de negar a todos os atributos de humanidade, o colonialismo obriga as pessoas a quem ele domina a perguntar-se em realidade quem sou?” (Fanon, 1983, apud Walsh, 2005, p. 22). Entender essa negação do status de humanidade a africanos e indígenas é compreender a perda de liberdade de tantos seres e como suas histórias foram apagadas através de um abuso que culminou em uma tragédia epistêmica. Enquanto a história se baseia na ocidentalização, exaltando os feitos dos europeus, ela sufoca a voz das suas colônias.

Se, inicialmente o colonialismo se estabelece negando a negros e índios sua voz e existência em liberdade, hoje a colonialidade vai muito além. Através da negação financeira, da separação de poder aquisitivo e cultural, a colonialidade resulta na formação de castas sociais modernas.

Trabalhar pela decolonialidade é buscar outros conhecimentos e diferentes modos de viver e de poder. Segundo Oliveira e Candau (2010), a decolonialidade representa uma estratégia que vai além da transformação da descolonização, ou seja, supõe também a construção e criação. Sua meta é a reconstrução radical do ser, do poder e do saber. É aqui que se encaixa a ideia de interculturalidade, na busca por uma nova visão epistêmica, sendo repensada na perspectiva de um projeto político.

Na visão de Walsh (2005), é necessário ter a consciência de que mesmo através das transformações sociais, as relações da colonialidade do ser, do poder e do saber não desaparecem. Entretanto, podem ser retrabalhadas, conformando-se de outra maneira. Surge, então, a definição de pensamento de fronteira que nos leva a outras lógicas e outras formas de pensar, escapando das garras do eurocentrismo e trazendo novas propostas.

Mas, como se quebra a barreira que foi imposta pela colonialidade? Para se atingir uma emancipação epistêmica vários fatores devem avançar em paralelo, entre eles o reconhecimento do poder público, tornando a questão legal, vide a Lei 10.639. A produção intelectual deve vir dos acadêmicos tanto quanto dos movimentos sociais. Rompendo com esse movimento de modernidade/colonialidade e mostrando que o que é moderno não necessariamente deve ter origem na cultura europeia. Em resumo, romper com a colonialidade do poder, do saber e do ser.

É assinalar a necessidade de visibilizar, enfrentar e transformar as estruturas e instituições que posicionam de modo diferenciado grupos, práticas e pensamento dentro de uma ordem lógica que, ao mesmo tempo ainda é racial, moderna e colonial. Uma ordem da qual todos de alguma forma participamos. Assumir esta tarefa implica um trabalho decolonial, dirigido a romper cadeias e desescravizar às mentes (como afirmavam Zapata Olivella e Malcolm X); a desafiar e destruir as estruturas sociais, políticas e epistêmicas da colonialidade – estruturas até agora permanentes que mantêm padrões de poder enraizados na racialização, no

conhecimento eurocêntrico e na inferiorização de alguns seres como menos humanos. É isto que me refiro quando falo da decolonialidade (Walsh, 2007, p. 9).

A partir da decolonialidade podemos alcançar uma conscientização que nos permita derubar as estruturas e monopólios existentes e encontrar novas formas de pensar e ver o mundo, a partir de outros saberes, de práticas e de culturas diferentes.

3. A opressão da sociedade líquido-moderna

Já ponderamos que a colonialidade sufoca, nega a própria existência do ser, tira sua voz e age a favor do sistema. Mas que sistema é esse? Um sistema em que as relações comerciais e financeiras foram impostas através do eurocentrismo e que foi denominado capitalismo, no qual indivíduos e corporações objetivam sempre maximizar seus ganhos. Na esteira do lucro vem o poder e a capacidade de exercer influência social. Entretanto, é esse mesmo sistema que tende a emudecer, amordaçar, quem não tem condições financeiras para fazer parte dele.

Vamos dialogar agora com as ideias do filósofo e sociólogo Polonês Zygmunt Bauman e de seus seguidores no Brasil. Segundo Bauman (2008), vivemos numa sociedade líquido-moderna, em que as condições sob as quais agem seus membros mudam num tempo mais curto do que aquele necessário para a consolidação em hábitos e rotinas das formas de agir. A liquidez da vida e da sociedade se alimenta e se revigora mutuamente. O consumo, em excesso, é *modus vivendi* na sociedade atual, sendo determinado pela ideologia do capitalismo.

No passado, vivíamos numa sociedade de produtores, marcada pelo trabalho, pela durabilidade dos produtos e os materiais adquiridos, que representavam a riqueza e a garantia de futuro. Esse tempo passou e houve uma forte transformação social, na qual hoje somos marcados pelo uso imediato da riqueza e pela rápida substituição dos objetos. Os desejos de consumo nunca são saciados. Consumidores são transformados em mercadorias. As pessoas estão preocupadas em como suas imagens são transmitidas para as outras pessoas. A sociedade promove a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumista, e rejeita as opções culturais alternativas.

É simples ilustrar como se desenvolve esse consumismo. Há competição por quem tem o modelo mais novo do i-phone, o melhor carro, viajou para os lugares mais legais e por aí segue. Além dessa disputa por status, há também a questão da necessidade. Por exemplo, quantas atividades hoje exigem que o profissional tenha um bom notebook e um celular com recursos para ele que esteja devidamente conectado com o mundo globalizado? Para manter esse ritmo frenético, as famílias, muitas vezes, gastam mais do que têm. Além disso, passam a conviver com outra questão marcante da sociedade líquido-moderna, que é o fantasma do endividamento. Vamos nos ater ao caso brasileiro. Segundo relatório da Confederação Nacional do Comércio de Bens (CNC), o percentual de famílias com dívidas em atraso era de 61,5% em fevereiro de 2019. Um número assustador a tal ponto que na última eleição para Presidente a grande plataforma eleitoral de um importante candidato era “eu vou tirar seu nome do SPC” (Sistema de Proteção ao Crédito, órgão público que indica quem são os maus pagadores, ou seja, quem está endividado). Sem querer entrar no mérito político da questão, porém nos atendo ao cerne financeiro, podemos afirmar que são fortes os indícios de que a maioria das pessoas no Brasil vive em situação delicada e, por muitas vezes, precária. Segundo artigo publicado em 06 de dezembro de 2023 pela Agência IBGE–Notícias, no ano de 2022,

o Brasil já tinha 67,8 milhões de pessoas vivendo na pobreza e 12,7 milhões na extrema pobreza. Para conceituar o que é viver na pobreza, vamos nos ater a reportagem publicada no site da Agência Brasil em 29 de setembro de 2023, onde o valor mensal considerado é de viver com menos de R\$ 218 per capita. Isso mostra claramente que há muita gente sendo empurrada para fora do sistema e tantos outros já estão à margem há muito tempo. Voltamos ao ponto da negação, da ausência de voz e da percepção de que é no sistema financeiro, através dos conceitos do capitalismo, em que a colonialidade se manifesta mais fortemente.

Logo, se faz necessário observar que se desenvolvermos uma EF voltada apenas para usar o dinheiro, se tornará uma linha excludente, pois este é um discurso que impede que os indivíduos das camadas populares se conscientizem de que eles também existem dentro da sociedade e que, portanto, devem conhecer o funcionamento do sistema financeiro na perspectiva de sobrevivência, de defesa da economia de suas famílias, na busca por melhoria em sua qualidade de vida e, até mesmo, por ascensão social. É preciso reagir fortemente contra a opressão imposta pelo sistema. De acordo com Walsh (2007), é possível trabalhar numa perspectiva decolonial, mostrando que existem opções culturais alternativas ao consumismo que permitem que as vozes desses sujeitos sejam ouvidas.

4. O papel da Escola

A decolonialidade se faz presente agindo na figura da Educação Matemática Crítica, através do que consideramos uma vertente, a Educação Financeira devidamente pensada e trabalhada para auxiliar nossos jovens na tomada de decisões, oferecendo alternativas que vão além da estratégia existencial consumista. De acordo com Kistemann Jr.(2011), é necessária uma formação que leve os estudantes a se questionarem sobre o sistema capitalista de produção e distribuição de bens. Em seu estudo de 2019, Araújo, Barbosa e Santos (2019) sugerem que o ensino de Educação Financeira deve se aproximar da Educação Matemática, destacando o desejo dos estudantes em manter-se fora da situação de endividamento, e a investir e administrar seu próprio dinheiro.

Em resumo, a Educação Financeira para todos pode ser um caminho para quebrar diversas barreiras impostas pela colonialidade, tais como discriminação social, falta de oportunidade de mercado, necessidade de garantir a sobrevivência da família através da informalidade e até mesmo preconceito de cor ou etnia. No trabalho de Pessoa, Muniz Jr. e Kistemann Jr (2018), os educadores são apontados como os mais capacitados para trazer à tona questões éticas, desenvolvendo o raciocínio crítico e capacitando os indivíduos. Mostramos aqui a importância de apresentar aos jovens alternativas ao consumismo desenfreado proposto pelo capitalismo e absorvido por uma sociedade marcada pela utilização imediata da riqueza e pela rápida substituição dos objetos.

A Educação Matemática, nesse contexto, deve contribuir para a construção de uma sociedade em que os valores humanos de justiça econômica, de democracia com o exercício das consciências e de autonomia na produção de conhecimentos matemáticos, entre outros, superem os antigos e respectivos valores de paternalismo econômico, de controle hegemônico, movido pela propaganda ideológica e do consumismo do saber compartimentalizado e pronto, inquestionável (Kistemann Jr.; Silva, 2012, p. 95).

A proposta é que a Escola seja um veículo produtor de Educação Financeira para todas as camadas sociais, mesmo as mais simples, e que isso seja feito evitando o fantasma da Educação Bancária Freireana, aquela que é imposta do professor para o aluno.

Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los (Freire, 1996, p. 57).

Para escapar de tal modelo, podemos pensar em metodologias nas quais o aluno seja convidado pelo professor a assumir um papel investigativo em busca de solução, produzindo cenários para a investigação (Skovsmose, 2000). Por exemplo, a construção do conhecimento pode ser trabalhada usando-se a parte lúdica da matemática, desenvolvida por jogos. Outra técnica interessante é a Modelagem Matemática (MM). Dentro da MM há etapas preparatórias para a realização da oficina, nas quais o aluno levanta informações sobre a problemática sugerida e se prepara para manusear esses dados em grupo e em conjunto com o professor.

Para Santos (2017), o professor deve desenvolver casos reais e presentes no cotidiano em sala de aula. Desse modo, ele estará convidando seus alunos a desenvolverem o pensamento crítico para tomada de decisão, usando a matemática como ferramenta durante o processo e tendo a oportunidade de refletir sobre o que aprendeu na Educação Financeira para poder fazer escolhas conscientes.

5. Metodologia sugerida

Propomos, neste contexto, o desenvolvimento de uma oficina junto a alunos do 1º ano do ensino médio de escolas públicas. Como laboratório, sugerimos o Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira – CAp UERJ.

Tão importante quanto à oficina em si, será a preparação para a mesma, portanto os alunos terão a tarefa de pesquisar conceitos financeiros no início de cada encontro, o que tem o potencial de criar um ambiente investigativo entre os estudantes. Os alunos serão divididos em grupos de quatro componentes e as situações a serem estudadas serão fictícias, de modo a evitar qualquer tipo de constrangimento. Cada grupo deverá contar com um professor/monitor responsável pelo bom desenvolvimento da tarefa e que servirá como ponto focal em relação ao professor principal responsável pela aplicação da metodologia. É nesse ambiente que a aprendizagem será construída conjuntamente por alunos e professores.

5.1. Primeiro encontro: consumo frenético x estilo de vida (tempo estimado: duas horas).

Os grupos terão trinta minutos iniciais para pesquisar sobre o conceito de orçamento, podendo recorrer à ajuda do professor.

Posteriormente, deverão criar um personagem que será uma jovem ou um jovem de dezesseis anos e considerar que o mesmo estuda no CAp UERJ no Ensino Médio e dispõe de R\$ 750,00 reais mensais para viver.

Como atividade principal, cada grupo deverá criar uma lista apontando as despesas mensais do personagem, incluindo lazer, passagens, merendas, etc. Para ajudar na preparação, serão feitas perguntas como, por exemplo, “O que esse estudante faria de legal se conseguisse economizar R\$ 100,00 por mês? Como vocês imaginam que ele gaste sua mesada normalmente? O que é essencial para ele? O que é supérfluo? Ele tem um perfil econômico ou consumista? Gosta de livros ou jogos eletrônicos? Faz apostas online? Usa roupas de marca? Ambiciona equipamentos como celular e tablet de última geração? Costuma lanchar e ir ao cinema com os amigos?”.

No passo seguinte, os grupos vão receber uma lista de programas gratuitos ou muito baratos e analisar, por exemplo, se podem trocar a aquisição de um jogo eletrônico ou do dinheiro gasto numa casa de apostas por uma programação cultural.

No final será apresentado o novo orçamento do personagem e debatido o que mudou no estilo de vida deste.

Objetivo do encontro: desafiar o pensamento financeiro dos participantes a partir da preparação de um orçamento.

5.2. Segundo encontro: endividamento das famílias (tempo estimado: duas horas).

Os grupos terão trinta minutos iniciais para pesquisar sobre conceitos como cesta básica, cesta básica estendida, receita familiar formal e informal, podendo recorrer à ajuda do professor.

Posteriormente, deverão criar uma família fictícia para o personagem do encontro anterior, do qual preparam um orçamento. A família do personagem deverá ser constituída de pai, mãe e um irmão mais novo, que estará cursando o Fundamental I. Deve morar de aluguel, e no mesmo bairro onde se encontra o CAP UERJ. Ter como único bem material um carro modelo básico. A família conta com uma renda formal de R\$ 10.000,00 por mês e tem capacidade de produzir uma receita líquida informal de R\$ 2.000,00 por mês, dispondo um total de R\$ 12.000,00 por mês.

Cada grupo deverá criar uma lista de despesas mensais para essa família. O valor de R\$ 750,00 atribuídos mensalmente ao personagem é considerado como despesa. Além disso, para ajudar na preparação, serão fornecidas informações como o levantamento da empresa de inteligência de mercado Horus em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, que apontou que o Rio teve, no mês de dezembro de 2023, a cesta básica mais cara do Brasil. Segundo o estudo, o valor da cesta básica, mês passado, ficou em R\$ 946 reais. Como a avaliação da cesta leva em conta o necessário para alimentar um trabalhador por um mês, ao considerar uma família de quatro pessoas, sendo dois adultos e duas crianças o necessário seria cerca de três cestas básicas mensais.

Perguntas serão feitas sobre a família, como, por exemplo, “O que a família poderia fazer de interessante se conseguisse economizar R\$ 500,00 por mês? Como essa família gasta seu dinheiro? Que tipo de gasto é absolutamente necessário? Que tipo de gasto é supérfluo? Considerar na análise o excedente ao valor da cesta básica, as despesas médias em contas mensais como luz, água, gás, telefonia, gasolina, aluguel, condomínio, passagens. Como a família gasta em lazer, frequenta clube, vai ao futebol, praia, viagem, TV a cabo, streaming? Despesas extras e inoportunas como multas de trânsito, cota extra do condomínio, etc.”.

Considerando que, num país como o Brasil, a questão dos impostos é um dos maiores flagelos imputados pelo sistema capitalista ao cidadão, o quanto a família gasta em média mensalmente com impostos?

Durante o encontro em questão, os grupos deverão comparar a capacidade de cada família de produzir com orçamento mensal definido, buscando soluções para a redução e adequação dos mesmos.

Objetivo do encontro: preparar um orçamento familiar, buscando soluções para adequar o orçamento à realidade brasileira.

5.3. Terceiro encontro: juros simples x juros compostos; empréstimo ou investimento (tempo estimado: duas horas e trinta minutos).

Para que a discussão sobre endividamento, ocorrida no encontro anterior, seja mais embasada, os grupos terão quarenta e cinco minutos iniciais para pesquisar sobre conceitos, como juros simples, juros compostos, empréstimos bancários e investimentos; podendo solicitar ajuda ao professor.

Considerando o orçamento definido no segundo encontro para a família fictícia, cada grupo deve analisar se existe necessidade de recorrer a empréstimos bancários ou se há sobra de dinheiro para investir e, nesse último caso, estudar as opções de mercado recorrendo à orientação do professor. É importante que haja entendimento entre as diferentes taxas praticadas por um banco, no caso de empréstimo ou de investimento.

Novamente perguntas serão feitas para estimular o debate, tais como, “Alguém aqui já pensou em fazer o dinheiro trabalhar para você? Será que isso é possível? Como? Quais os tipos de investimento que vocês conhecem? Será que o valor do juro que o Banco remunera um investidor é o mesmo que ele cobra de um tomador de empréstimo?”.

Objetivo do encontro: promover um debate sobre as diferenças entre as situações financeiras de endividamento e de investimento.

5.4. Quarto encontro: legado da oficina.

Os alunos deverão criar um dossiê registrando os conceitos aprendidos e explicitar se, e como, pretendem rever seu direcionamento de vida.

Objetivo do encontro: produzir relatos escritos das reflexões sobre atitudes financeiras.

Dentro da metodologia sugerida a ser aplicada em sala de aula, esperamos promover um tipo de oficina que remeta os estudantes a um papel investigativo dentro do cenário financeiro. Dessa forma vamos despertar o interesse dos mesmos pela EF e a percepção do quanto esse tema é importante nos processos decisórios que se apresentarão ao longo da vida. Além disso, oferecemos ao professor uma grande oportunidade de fugir do paradigma do exercício, de construir cenários investigativos que despertem o interesse do aluno, pois valorizar a investigação é promover de forma ampla a aprendizagem.

Pensando na didática sugerida, a mesma permitirá a evolução gradativa dos alunos, partindo de uma simples lista de gastos definida no primeiro encontro, passando por questões pertinentes ao orçamento familiar até chegar a importantes conceitos como juros compostos, empréstimos bancários e investimentos. Além disso, devemos também considerar as vantagens de se trabalhar com a formação de grupos em sala de aula, facilitando o debate, a exposição de ideias, bem como a construção conjunta de conhecimento.

6. Considerações Finais

Ainda há territórios que permanecem como colônias, por exemplo, a Groelândia em relação à Dinamarca ou Gibraltar para o Reino Unido. Porém, são apenas raras exceções e, portanto, podemos afirmar que a era colonial se foi. Ásia, África, Oceania e Américas tornaram-se politicamente independentes. Isso quer dizer que o colonialismo findou-se, entretanto, a colonialidade permanece na forma de dominação cultural. A herança deixada foi o eurocentrismo, a exaltação da cultura e da raça do colonizador em detrimento da inferiorização dos povos subalternizados, em especial negros e indígenas. Embora soe como um contrassenso, a Modernidade teve seu marco zero no chamado Velho Mundo, derivando do eurocentrismo e ajudando a espalhar o modelo europeu de vida por meio de novas invenções nos campos comerciais, econômicos, artísticos, científicos e tecnológicos, em total detrimento dos saberes e cultura dos povos locais.

Esse movimento foi extremamente útil ao capitalismo e se intensificou através da globalização e do consumismo desenfreado, marca registrada do que Bauman (2000) denominou como "sociedade líquido-moderna", e que permeia nossos tempos atuais. Em outros tempos, acumular bens era sinônimo de poder. Hoje, a regra é consumir a riqueza num piscar de olhos. Investir acima do que se pode ter em busca de status. Tudo isso leva famílias a gastarem mais do que ganham e a viverem à sombra do endividamento e, conseqüentemente, do desespero.

A reação ao eurocentrismo como um todo é denominada decolonialidade. É fundamental na busca de inclusão de quem está à margem da sociedade. Combater o racismo e o processo de subalternização de negros, indígenas e outros povos locais. Para tal, é preciso vontade do poder público e investimento na Educação. E como vimos, a questão financeira é um dos pilares desse processo.

A Educação Financeira para todos pode ser um caminho para os excluídos e uma forma para quebrar barreiras, tornando-se uma etapa importante no processo de inclusão social dentro de um projeto mais amplo de decolonialidade. Porém, esse papel só é possível de ser realizado se partirmos de um forte contexto escolar, no qual a EF não se atenha apenas a fórmulas de matemática financeira e esteja incluída num ambiente de multidisciplinaridade, com a matemática exercendo um papel de vanguarda. O papel do professor enquanto educador é fundamental. Logo, a formação de professores é um dos principais pilares desse processo. Vale sempre lembrar que vivemos no difícil contexto socioeconômico imposto pela sociedade líquido-moderna e que contamos com a matemática, através da Educação Financeira Escolar para nos auxiliar na tomada de decisão e na construção de cidadania. Com este ensaio teórico, ilustrado por uma sequência de atividades propostas para a sala de aula, esperamos contribuir para uma EF que comece forte dentro da escola e possa perpassar os muros da mesma, levando equidade e justiça para nossa sociedade.

Através da participação dos alunos na oficina sugerida e da construção do cenário investigativo sob a orientação do professor regente, responsável pela aplicação da metodologia, acreditamos que será estimulada a capacidade de raciocínio e tomada de decisões por parte de nossos jovens, mostrando que o domínio das questões financeiras está ao alcance de todos. Caberá aos professores/monitores responsáveis por cada grupo, reportar como viram a atuação individual de cada aluno e do grupo em si, anotando e destacando os progressos obtidos. A partir daí, tendo os resultados empíricos envolvendo os estudantes em mãos, proporemos estudos futuros modificando a série de atuação para o nono ano dos anos finais do Ensino Fundamental, de forma que possamos verificar se há muitas disparidades de pensamento financeiro em séries próximas.

Enfim, é válido reforçar, que a promoção da Educação Financeira Escolar para todos é um ato de cidadania.

7. Referências

ARAÚJO, J. M.; BARBOSA, G. S.; SANTOS, F. M. **Concepções sobre Educação Financeira entre alunos de uma escola pública da cidade de Niterói. In: Anais.** Cuiabá: SBEM, 2019.

BAUMAN, Z. **Globalization: The Human Consequences.**Cambrige: Polity Press, 2000.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias.** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular – BNCC.** Brasília: MEC, 2017. Disponível em: [HTTP://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf).

CANDAU, V. M. **Ressignificando a Didática na perspectiva intercultural.** GECEC. Departamento de Educação, PUC-Rio/CNPq. 2007.

CANDAU, V. M. **Pedagogias decoloniais e interculturalidade: insurgências.** Rio de Janeiro: Apoená, 264 pp., 2020.

D'AMBROSIO, B; LOPES, C. E. **Insubordinação Criativa: um convite à reinvenção do educador matemático**—Revista Bolema, Rio Claro (SP), v. 29, n. 51, p. 1-17, abr. 2015.

ESCOBAR, A. **Mundos Y conocimientos de otro modo: El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. Tabula Rasa.** Bogotá—Colombia, n. 1: 51-86, enero-diciembre de 2003 ISSN 1794-2489.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra. p. 57-76. 1996.

KISTEMANN JR, M. A. **Sobre a produção de significados e a tomada de decisão de indivíduos-consumidores.** Anais do III EIEMAT. Escola de Inverno de Educação Matemática. 1º Encontro Nacional PIBID-Matemática, 2012.

KISTEMANN JR., M. A ; GOMES DA SILVA, G. H. **O professor de Matemática e a Investigação em Sala de Aula quadro a quadro.** Boletim GEPEM, [S. l.], n. 60, p. 93-107, 2012.

OLIVEIRA, L. F ; CANDAU, V. M. **Pedagogia decolonial e educação anti-racista e intercultural no Brasil**. Belo Horizonte: Educação em Revista, v.26, n.1, p. 15-40, 2010.

PESSOA, C. A. S ;MUNIZJR, I; KISTEMANN JR , M. A. **Cenários sobre Educação Financeira Escolar.EM TEIA–Revista de Educação Matemática e Tecnológica**. Iberoamericana, Recife, v. 9, n.1, 2018.

SANTOS, L. T. B. **Educação Financeira em livros didáticos de Matemática dos anos iniciais do Ensino Fundamental: quais as atividades sugeridas nos livros dos alunos e as orientações presentes nos manuais dos professores? 2017**. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática e Tecnológica)– Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática e Tecnológica, UFPE, Recife, 2017.

SKOVSMOSE, O. **Cenários para investigação. BOLEMA – Boletim de Educação Matemática**, Rio Claro, n. 14, p. 66-91, 2000.

SKOVSMOSE, O. **Educação matemática crítica: a questão da democracia**. Campinas, SP: Papius, 2001 (Coleção Perspectivas em Educação Matemática).

SKOVSMOSE, O. **Um convite à educação matemática crítica**. Campinas, SP: Papius, 2014.

VAZ, R. F. N; NASSER, L. **Que educação financeira é essa?** Em Teia – Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana, vol.12 – n. 2 – 2021.

WALSH, CATHERINE. **Interculturalidad, conocimientos y decolonialidad. Signo y Pensamiento**. vol. XXIV, núm. 46, enero-junio, 2005, p. 39-50 Pontificia Universidad Javeriana Bogotá, Colombia.

WALSH, Catherine. **Memorias del Seminario Internacional “ Diversidad, interculturalidad y construcción de ciudad”** (Bogotá, 17-19 de abril de 2007). Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional, 2007.

Histórico Editorial

Recebido em 27/03/2024.

Aceito em 19/08/2024.

Publicado em 09/10/2024.

Como citar – ABNT

TEIXEIRA JR, Humberto; BRIÃO, Gabriela Félix. O papel da Educação Financeira no processo de Decolonialidade: um ensaio. **REVEMOP**, Ouro Preto/MG, Brasil, v. 6, e2024020, 2024.
<https://doi.org/10.33532/revemop.e2024020>

Como citar – APA

Teixeira Jr, H., & Brião, G. F. (2024). O papel da Educação Financeira no processo de Decolonialidade: um ensaio. **REVEMOP**, 6, e2024020. <https://doi.org/10.33532/revemop.e2024020>